

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 9, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ



UFRJ

ie.

LINOVALDO MIRANDA LEMOS | linolemos@hotmail.com

Professor da Licenciatura em Geografia do CEFET. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo O presente artigo analisa a aparente tensão global-local tendo como pano de fundo as redes geográficas. Embora a discussão sobre as escalas geográficas de poder seja geralmente marcada por forte dicotomia (local x regional x nacional x global), a emergência de uma lógica reticular vem demonstrar as interconexões e interdependências entre elas. A fim de clarear a análise, lança-se mão das redes sociais como uma forma de governança. Ao invés de representar o “fim da geografia” – como já se fez a respeito da história – essa “nova” configuração vem resignificar o papel dos lugares. **Palavras-chave** Redes, Escalas Geográficas, Governança.

Abstract The present article analyzes the appearing global-local tension taking as background the geographic networks. Although the discussion about the geographic scales of power is generally marked by a strong dichotomy (local x regional x national x global), the emergence of a reticular logic demonstrates the interconnections and interdependencies between them. In order to clarify the analyses, the social networks are considered as a form of governance. Instead of representing the “end of Geography” – as have already been done to History – this “new” set of ideas comes to change the meaning of the localities role in the world. **Keywords** Networks, Geographic Scales, Government.

Introdução: as redes

Num sentido genérico a palavra rede é utilizada para evocar a imagem de uma dada estrutura que se encontra entrelaçada, conectada por meio de relações estabelecidas entre os diversos pontos que compõem sua trama. Uma rápida olhada no dicionário (FERREIRA, 1988, p.556) permite visualizar diferentes acepções da palavra que poderiam ser resumidas em dois grandes blocos: o do seu sentido mais óbvio e literal de “rede” propriamente dita (o que não nos interessa aqui) e daquele utilizado no sentido figurado, enquanto conjunto de indivíduos ou firmas que prestam certos serviços ou como conjunto de meios de comunicação, informação e transporte.

Numa nota de rodapé, Santos (2004, p.261) assinala a origem latina da palavra – “retis” – e o seu significado de conjunto de linhas entrelaçadas no qual cada “nó” corresponde aos pontos de intersecção. No caso específico das redes geográficas, compreende-se “um conjunto de localizações geográficas interconectadas” entre si “por um certo número de ligações” (KANSKY, 1963, p.1 apud CORRÊA, 1996, p.107).

Uma importante vertente do estudo das redes em geografia evoca uma materialidade original de técnicas, de capacidades “físicas” instaladas capazes de conectar áreas: “[...] toda infra-estrutura permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topografia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação” (N. CURIEN, 1988, p.212 apud SANTOS, 2004, p.262). É principalmente nesse sentido que o termo aparece no Dictionary of Human Geography (JOHNSTON; GREGORY; SMITH, 1986) referindo-se às redes de transportes e serviços e cuja tônica recai sobre indicadores como densidade, conectividade e orientação.

Como se percebe, o estudo das redes tem se constituído numa importante tradição na geografia, especialmente aqueles relacionados à temática da rede urbana na sua vertente da “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller (CORRÊA, 1989; 1996). Dias (1995) por seu turno, demonstra que a preocupação com os estudos das redes técnicas de comunicação e transportes não são recentes, dada a importância das mesmas para a integração territorial e de mercados.

Não obstante essa tradição, o estudo das redes em geografia foge a uma circunscrição estreita de sua dimensão material e econômica mais imediata e ganha novos significados e possibilidades analíticas podendo abarcar simultaneamente as dimen-

sões política, social e cultural. A esse respeito pode-se assinalar a contribuição do professor Roberto Lobato Corrêa (1996) que, ao propor três dimensões para o estudo das redes, fornece uma ferramenta intelectual para aqueles que se aventuram por essa seara. Tomadas de forma associada – e não estanque – são as dimensões organizacional, temporal e espacial. Nas suas palavras:

A dimensão organizacional refere-se à configuração interna da entidade estruturada em rede, abrangendo os agentes sociais, a origem da rede, a natureza dos fluxos, a função e finalidade da rede, sua existência e construção, sua formalização e organicidade.[...]. A dimensão temporal – incluindo a história – envolve a duração da rede, a velocidade com que os fluxos nela se realizam, bem como a frequência com que a rede se estabelece. A escala, a forma espacial e a conexão são as características que constituem a dimensão espacial da análise das redes geográficas (CORRÊA, 1996, p.109-110).

Nesse ponto é importante propor a assertiva de que as redes encerram em si – e são levadas a cabo por – relações de poder. A presença de malhas, redes e nós no território permite a certos atores dominantes o exercício de seu poder: “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera quanto aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (RAFFESTIN, 1980, p.204). Note-se que a linha de raciocínio que proponho aqui procura fugir daquela dicotomia entre território e rede a que se refere Haesbaert (2004): as redes na verdade são elementos constitutivos dos territórios, amalgamados – dir-se-ia – pelas relações de poder.

Ao centrar sua análise nas redes eletrônicas e sua relação com a dinâmica territorial, Dias (1995 e 1996) não abstraiu as relações sociais – portanto de poder – que caracterizam as redes de transporte e comunicação. Ao mesmo tempo em que as redes têm o poder de conectar, de solidarizar atores com interesses variados, têm também o poder de excluir em função do poder diferenciado de decisão e gestão dos mesmos; ao mesmo tempo em que estabelecem relações econômicas entre pontos, permitem também a ordem e o fluxo da ilegalidade. Tal afirmativa encontra suporte também na afirmação de Milton Santos (2004, p.268) de que “[...] Levando em conta o seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento”.

Com o fenômeno recente da globalização e as conexões que lhes são partes constitutivas, o estudo das redes vem se tornando imprescindível (RIBEIRO, 2001), especialmente se levarmos em conta no mundo atual “[...] a necessidade de tornar

inteligível a organização espacial na qual as redes das grandes corporações multifacetadas e multilocalizadas e o crescente fluxo de informações passaram a constituir componentes-chave” (CORRÊA, 1996, p.108).

Seja enquanto fábula (via repetição exaustiva de fantasias ideológicas) ou enquanto realidade perversa da pobreza e exclusão (Santos, M: 2000, p.17-21), esse fenômeno contemporâneo coloca em pauta o papel e significado das redes que lhe dão sustentação e que, de certa forma, tornam visíveis a própria interconexão e interdependência que caracterizam o atual momento histórico. Trata-se de uma “nova geografia global” (AMIN; THRIFT, 2001, p.4) sintetizada no mundo de fluxos transnacionais e de interconexões globais dos quais, segundo alguns, não há escapatória. Nessa linha de raciocínio, globalização pode ser considerado um conceito tempo-espacial por excelência na medida em que define uma mudança histórica na qual as novas tecnologias de comunicação abrem possibilidades para que fluxos de informação, conhecimentos, idéias e instruções possam circular via conexões mundiais (TAYLOR, 2003).

Estaríamos caminhando para um mundo indiferenciado de fluxos ou para uma inexorável globalização homogeneizante? Ou como pergunta sarcasticamente Storper (1997) logo no prólogo do seu livro: estaríamos nos dirigindo para um McMundo dominado por poucas grandes firmas ou sobreviverão a diversidade cultural e a independência política nesse mundo de globalização? Diante do imperativo de tais redes globais, qual o papel reservado às demais escalas geográficas de poder? Visando contribuir com tal discussão, lança-se mão aqui de duas dimensões analíticas: primeiro, a relação entre o local e o global num mundo cada vez mais interconectado e, segundo, o debate em torno da questão da governança e o papel reservado aos atores políticos e sociais nesse contexto de interconexão.

As “metáforas da escala”¹ ou possibilidades de se conceber a relação global/local numa lógica reticular

As metáforas são figuras de linguagem usadas por nós para descrever e dar sentido ao mundo ao nosso redor. São expressões da forma como nós

1 Este “subtítulo” é apanhado emprestado do artigo “Scale: The Local and the Global” de Andrew Herod (2003, p.237), por considerar que o mesmo pode ser uma ferramenta útil para a linha de raciocínio que tenta-se desenrolar aqui.

entendemos as coisas que, embora não tenham o poder de alterar o funcionamento da realidade, alteram as formas como nós nos engajamos/relacionamos com o mundo (HEROD, 2003). Tais metáforas aplicadas ao tema em questão são elucidativas da nossa posição intelectual ante o problema da relação local-global e expressam no fundo certas lógicas de se pensar o espaço, a saber, a lógica zonal e a reticular.

Uma das formas mais freqüentes de se encarar a questão é a imagem de uma relação hierárquica entre escalas sintetizadas na idéia de escala como escada (HEROD, 2003). Na base da mesma estaria a escala local que se ligaria por meio de degraus sucessivos até o topo, o global. Tal concepção se traduz no estabelecimento de relações hierárquicas entre escalas e o pressuposto lógico de que o “topo”, o global tem a primazia sobre os “degraus” descendentes. Próxima a esta está a metáfora da escala como círculos concêntricos Herod (2003), sendo que neste caso o global é concebido como um círculo maior que envolve o nacional e assim sucessivamente até chegar no local. Da mesma forma que na metáfora da escada, preserva-se as diferenças entre as partes e acentua-se a capacidade do global de exercer a predominância sobre as demais escalas que lhe estão “envolvidas”.

Ao analisar a articulação do emaranhado de forças que habituamos chamar de globais, nacionais, regionais e locais no contexto da globalização, Renato Ortiz (1996) fornece elementos que vão ao encontro de tal metáfora da escala como escada. Trata-se da concepção de que cada um desses “patamares” formaria entidades espaciais autônomas onde cada uma delas “[...] constituiria um elemento específico, cuja lógica exprime uma identidade” (p.60). Ademais, embora se preservem as identidades das partes, encerra-se a discussão em dualismos ou antíteses do tipo nacional/local, regional/nacional, global/local. Subjacente a tal pensamento estaria o pressuposto da existência de limites claros – e mesmo a oposição – entre cada um desses níveis.

Uma outra metáfora bastante próxima dessa fornecida criativamente por Herod (2003) é a da escala como bonecas em série do tipo matrioska. Nesta representação cada boneca (ou seja, cada escala) é separada e distinta e pode ser considerada por si mesma. Contudo, a peça só pode ser compreendida na sua totalidade quando cada uma das “bonecas” (partes, escalas) está inserida naquela que lhe é imediatamente maior, o que do contrário, torna a “montagem” impossível. De forma mais forçada do que nas metáforas da escada e dos círculos, esta encerra uma hierarquia “conjugada” de escala com cada uma delas devidamente ajustada a uma outra escala superior para só então formar um todo coerente.

De certa forma, poder-se-ia dizer que Ortiz (1996) integra as duas visões acima na própria metáfora dos círculos concêntricos. Segundo este ao se encarar a realidade-

mundo como inclusão e não apenas relação num raciocínio em círculos concêntricos, mantêm-se a autonomia de cada um desses níveis, o que acarreta um inconveniente lógico de se encarar o local e o nacional como inteira e obrigatoriamente incluídos no – e, portanto dominados pelo – global.

Seguindo os passos de Haesbaert (2004, 2002 e 1995), parece ser possível supor que a lógica de se pensar o espaço subjacente às metáforas referidas acima é aquela oriunda do pensamento clássico em geografia que tomava o território numa lógica zonal ou em superfície com áreas claramente delimitadas por fronteiras. Não se está advogando com isso o fim das fronteiras, mas sim a necessidade de se abordar as escalas espaciais dentro de uma outra lógica mais apropriada ao mundo contemporâneo. O que se quer dizer é que além da dimensão zonal contida na idéia de território devemos incorporar o movimento, a conexão, os fluxos, as redes:

[...] a rede estaria, ao lado das superfícies ou “zonas”, compondo de forma indissociável o conteúdo territorial. O território-zona não estabelece em momento algum uma relação dicotômica ou dual com sua contraparte, o território-rede. [...] Trata-se muito mais de referenciais teóricos, espécies de “tipos ideais” que não são passíveis de ser identificados separadamente na realidade efetiva [...] Teríamos então duas formas ou lógicas básicas de territorialização: uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica reticular, de controle de fluxos e pólos de conexão ou redes (HAESBAERT, 2004, p.286 e 290).

Herod (2003) propõe pensar a relação entre escalas em geral e entre o local e o global em particular por meio de outras metáforas que não essas que foram apresentadas. A complexidade do mundo não pode ser concebida na forma de níveis, camadas, esferas, mas antes enquanto uma realidade fibrosa, uma trama de redes e capilaridades onde é impossível distinguir onde o local termina e o global (ou outras escalas) inicia. Daí a figura oferecida pelo autor de escalas como túneis de minhoca ou enquanto raízes de árvore para representar tal abordagem: no cerne de tal proposta está justamente a imagem de uma realidade imbricada, sobreposta. Acredita-se aqui que Ortiz (1996) ofereça uma imagem mais refinada a esse respeito ao tratar o espaço como um conjunto de planos transversais, ou seja, o espaço enquanto portador de processos sociais diferenciados no qual as diversas dimensões são atravessadas por forças mútuas. Nesse sentido, o nível mundial “[...] não é necessariamente totalizador, a ponto de nele se incluir, como um megaconjunto, todos os pontos do planeta” (p.61).

É no mesmo esforço de superar as abordagens tradicionais que podemos entender as afirmações de Castree (2003) de que os geógrafos humanos devem repensar suas idéias a respeito do lugar, incorporando às suas análises tanto a interdependência quanto as diferenças do mesmo na esteira do processo de globalização. É nesse sentido que entendemos a metáfora proposta por esse autor de tomarmos essa escala geográfica como um ponto de comutação ou como nodos de uma rede translocal devido ao aumento na intensidade do caráter interdependente e interligado dos lugares no mundo atual.²

Neste ponto talvez devêssemos nos voltar às observações de Milton Santos. Não por uma tradição irrefletida ou prudência medíocre, mas pelas possibilidades reais abertas por ele ao tratar o espaço enquanto portador de horizontalidades, mas também de verticalidades. Para o mesmo, os territórios hoje são formados por lugares contíguos e por lugares em rede, de domínios de lugares vizinhos reunidos na forma de contigüidade territorial e por pontos distantes uns dos outros ligadas por todas as formas e processos espaciais. É justamente a existência das redes, essa realidade nova, que justifica a expressão verticalidade (SANTOS, 2004, p.16), pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia (SANTOS 2004, p.284). Ao invés de uma realidade estática, o que chama de espaço banal é formado por um sistema de objetos embalado por um sistema de ações, enquanto conjunto de fixos, mas também de fluxos que encontram na realidade de um meio técnico-científico-informacional sua expressão mais acabada e nas redes a própria justificativa para a expressão verticalidade.

As redes sociais como uma forma de governança

Não obstante a materialidade que o estudo das redes em geografia evoca, a rede “também é social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam. Sem isso e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 2004, p.262). Dito de outra

2 Referindo-se ao território, Haesbaert (2004) parece chegar a conclusões semelhantes: “Entretanto o que há de novo não é apenas uma diferença de grau, a intensidade com que o modo de organização em rede ou reticular se expandiu, mas também seu caráter qualitativamente diferente, ou seja, uma diferença de natureza, a começar pelo tipo de rede e sua articulação, hoje completamente distintos principalmente a partir do fenômeno da compressão tempo-espaço” (p.280).

maneira e seguindo os passos de Yeung (1994, p.478), as relações econômicas e sociais – sejam elas formais ou informais – são necessariamente parte intrínseca de quaisquer formas de rede porque estas não podem existir sem relações sociais e vice-versa.

Mesmo sem concordar com as implicações que acompanham a idéia de um espaço de fluxos globais de Castells, considera-se aqui que sua definição de rede pode ser útil para esse ponto do raciocínio:

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores [...] na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus na rede política que governa a União Européia. São os campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos [...] que invadem as economias, sociedades e Estados no mundo inteiro [...] (CASTELLS, 2000, p.498).

Se partirmos do pressuposto de que as redes são também sociais e políticas e de que há uma variedade de possibilidades de se pensar uma estrutura em rede, torna-se factível dizer que a geografia deve incorporar (e tem feito isso) outras dimensões de estudo que não os temas tradicionais de redes físicas de transporte e comunicação ou das redes urbanas na sua vertente da teoria dos lugares centrais. Obviamente que essa afirmação não significa, de forma alguma, desprezar os méritos de tais abordagens, mas antes se traduz num chamamento por estabelecer-se uma ponte entre a geografia e outros campos do conhecimento como a sociologia, a antropologia e a ciência política de forma a revigorar o estudo das redes com novos vieses analíticos.³

Uma temática no campo da geografia que merece ser ressaltada no contexto do tema em tela é o estudo das cidades globais e as novas configurações territoriais trazidas na esteira da globalização. Taylor (2000) considera que o processo de globalização tem no seu cerne o aumento da importância de processos trans-estatais e de que é justamente a cidade global a manifestação geográfica mais notável desse processo contemporâneo.⁴ Assim, sua proposta de análise é a integração entre o mo-

3 Como se tentará demonstrar, um desses vieses é a própria interpretação por parte da geografia da questão da governança.

4 Saskia Sassen (1998) considera que os estudos sobre a globalização, ao centrarem-se nas dimensões da informação, meios de comunicação e fluxos financeiros, acabaram por distorcer o papel exercido pelas grandes cidades nesse contexto. "Estão ausentes deste modelo abstrato os processos, atividades e infra-estrutura material que são fundamentais para a implementação da globalização" (p.14). Mais adiante arremata: "As cidades globais são os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais" (p.35).

saico tradicional de estados com a rede de cidades globais. Ou em outras palavras, a integração analítica dos espaços mundiais de territórios com os espaços mundiais de fluxos. O pano de fundo de sua análise é a própria crítica da fraqueza metodológica do estudo sobre cidades globais, baseados que são em comparações de informações de relatórios anuais dos Estados. Segundo Taylor (2000, p.7) o que se perde em tais análises comparativas são as informações sobre a relação entre cidades (que significa dizer que embora o moderno sistema mundial tenha sido definido por suas redes, o seu estudo ainda é baseado num mosaico de Estados).

Cidades Globais não são apenas o lócus de serviços naquele sentido dado pela teoria dos lugares centrais, mas um complexo único monopolizador de conhecimentos que não são facilmente reproduzíveis em outras partes. E é essa característica qualitativamente diferente que diferencia as cidades globais atuais (TAYLOR, 2000; SCOTT et al, 2001; STORPER, 1997). Nesse sentido, as cidades globais representam "...a network world to master of 'interlocal' monopolies of knowledges. For as well as local complex of knowledge, world cities have the critical relational role of linking into global network" (TAYLOR, 2000, p.31).

Nesse sentido, o estudo das cidades globais faz emergir a necessidade de se pensar as novas formas de governança referendadas no território. No caso, aquilo que Scott et al (2001) chamam de cidades-regiões globais. Como já foi ressaltado aqui, e vale a pena lembrar, não o território enquanto mosaico de lugares, mas sim o território enquanto fluxo numa lógica reticular.

A palavra governança (governance, no original em inglês) não deve ser confundida com administração, governo e governabilidade. Embora sejam termos claramente correlacionados, cada um deles evoca diferentes aspectos concernentes ao exercício do poder por parte dos governos instituídos.⁵ Na verdade talvez sequer fosse correto aplicarmos ao termo governança essa assertiva, de "exercício de poder" por parte do "governo" haja vista que, desta forma, poder-se-ia estar abstraindo aspectos fundamentais ao ideal de governança: o princípio da co-participação, do envolvimento dos "governados" na busca de um bem comum; a capacidade do "governo" em exercer o seu papel por meio de sinergias e cooperações e não tão somente pelo poder co-

5 Se nos remetermos a Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), poderíamos definir – de forma sucinta é verdade – os termos em questão da seguinte forma: a) administração (pública): conjunto de atividades e ações emanadas do poder público visando a execução concreta de tarefas, exercício do governo, consecução de objetivos e controles públicos; b) Governo: conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma dada sociedade; c) Governabilidade: usualmente definida por sua antítese, a não-governabilidade, ou seja, a incapacidade dos governantes em exercer o governo seja devido a uma sobrecarga e crise fiscal do Estado, seja devido a uma crise de legitimidade das instituições democráticas.

ercitivo das leis e, como consequência dos dois aspectos citados; o envolvimento de variados atores – governamentais e não governamentais, públicos e privados, com ou sem fins lucrativos – no exercício do poder político na arena local (KEARS, 1995; TAYLOR, 2005).

Como pano de fundo do ideal de governança tem-se claramente um princípio valorativo aplicado ao que deve – ou ao que deveria ser – a atuação das autoridades públicas. Reis (1995) reputa à governança “... algo bom porque expressa capacidade de mudar para melhor” (p.51) da mesma forma que Putnam (1996, p.77), refere-se ao bom governo democrático como aquele que “... não só considera as demandas de seus cidadãos (ou seja, é sensível), mas também age com eficácia em relação a tais demandas (ou seja, é eficaz)”.

Os princípios de “cidadania ativa” e “governança local”, não obstante a forte carga valorativamente positiva dada, emergem na verdade no contexto de políticas de cunho conservador nos anos 80. No caso inglês, por exemplo, tais princípios vinham no bojo das críticas ferrenhas promovidas pela era Thatcher à ineficiência do Welfare State e o chamamento para que os cidadãos arregaçassem as mangas e fossem “ativos”, ou seja, individualmente responsáveis pelo bem comum. Ade Kearns (1995) enfatiza, além dessa característica, outros efeitos deletérios da governança local e cidadania ativa desse período, como a crítica ao processo de delegação de poder de uma forma dual, elitista e seletiva, na medida em que a apenas um pequeno grupo de cidadãos era dado poder de decisão nas novas estruturas de poder ao passo que aos cidadãos comuns restava a chance de participar de atividades mais mundanas de cidadania (como o provimento de serviços de bem-estar).⁶

A ênfase na formação de parcerias entre sociedade civil e organismos internacionais (como o FMI) para a boa governança (good governance) tem, segundo Claire Mercer (2003), servido para legitimar os ajustes continuados impostos por estes organismos: os atores envolvidos estão numa relação de poder assimétrica e o que se entende por parceria e boa governança é na verdade a indução/imposição de um certo tipo de política dentro dos marcos da reforma neoliberal.

6 Por outro lado, conforme McLeod & Goodwin (1999), há que se acentuar o poder estrutural dos negócios diante da tendência dos funcionários públicos locais a estarem fortemente predispostos tanto a darem apoio quanto a entrarem em acordo com elementos das elites empresariais. Dessa forma, as coalizões de governo são assim originadas dessas associações e negociações entre esses atores que têm acesso e poder para empregar os recursos necessários à consecução dos objetivos (no caso, empresariais). Vale a pena reiterar que as camadas menos representadas ou com menor poder de barganha, nessa linha, são frequentemente aliadas do processo decisório e de alocação de recursos, o que demonstra o caráter conservador e excludente que pode se esconder por detrás dessa tão propalada *eficiência*.

Ao centrar sua análise na escala local/urbana, Harvey (1996 e 2000) demonstrou que o “gerenciamento” tão característico da governança urbana nos anos 60 foi substituído pelo “empresarialismo” como principal força motora da ação urbana haja visto que o poder público fomenta, por uma série de ações, a acumulação de capitais nas mãos dos setores privados. O Estado no nível local assume um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico envolvendo-se diretamente em atividades econômicas ligadas à produção e investimentos. A ênfase na eficiência, competitividade e rentabilidade aplicadas à governança urbana, longe de representar uma melhor aplicação dos recursos públicos, significou que “o setor público assumisse o risco e a iniciativa privada ficasse com os benefícios”, ou seja, os lucros.

Não obstante o apresentado, não se pode fazer uso de jogar fora a criança com a água suja do banho. Ou seja, mesmo reconhecendo as críticas e ressalvas feitas anteriormente, o ideal de governança possui em si uma contribuição a dar a fórmulas mais horizontais de relacionamento entre o cidadão e as autoridades públicas nas suas responsabilidades diante da realização das “tarefas” sociais. Ou como acentua Santos Júnior “[...] a noção de governança sugere que a capacidade de governar não está unicamente ligada ao aparato institucional formal, mas supõe a construção de coalizões entre atores sociais” (2001, p.61).

E a geografia tem uma importante contribuição a dar ao debate posto que os lugares têm uma função mediadora em determinar a capacidade e inclinação dos cidadãos à governança. A história dos lugares, a qualidade do ambiente sócio-espacial, a configuração da vizinhança e o sentido de ligação com o lugar influenciam a habilidade e o desejo dos cidadãos para contribuir com os esforços coletivos do local (KEARNS, 1995; MOHAN & MOHAN, 2002).

Anteriormente considerou-se as cidades globais como pontos-chave do atual processo de globalização (TAYLOR, 2000; SASSEM, 1998). Segundo Taylor (2005), os conceitos de “global governance” e “global civil society” tem sua espacialidade nos fluxos centrados em cidades. As cidades globais são mais do que importantes centros econômicos e políticos. São importantes centros culturais e locais onde as práticas sociais globais e a sociedade civil global estão emergindo (TAYLOR, 2005; SCOTT et al, 2001). Nesse sentido:

Global civil society is a vast, interconnected, and multilayered social space that comprises many hundreds of self-directing or non-governmental institutions and ways of life. [Através de suas] cross border networks global civil society is constituted of chains of interactions linking the global, regional and planetary orders (KEANES’S, 2002; apud TAYLOR, 2005, p.14).

Conclusão

Reconhecer a validade do conhecimento geográfico significa, nos termos do debate aqui colocado, negar a tese de que os lugares estariam se tornando indiferenciados diante de um espaço de fluxos globais. Ao contrário, assistimos a uma acentuação das particularidades diante da globalização na medida em que esta não foi capaz de promover a homogeneização⁷. Como sumariza Castree (2003, p.175-176):

- 1) diferentes lugares estão plugados em diferentes conjuntos de relações globais com diferentes graus de poder sobre estas relações;
- 2) as distâncias geográficas ainda permanecem;
- 3) A globalização não tem se desdobrado sobre um espaço homogêneo. Antes tem ligado lugares justamente porque estes são diferentes;
- 4) Mesmo que muitos lugares estejam sujeitos às mesmas forças globais eles reagem e as moldam diferentemente;
- 5) Mesmo hoje em dia todos – ou a maioria – dos relacionamentos não são globais no seu alcance;
- 6) A globalização não eliminou a pobreza e a diferença entre os lugares.

De antemão é importante enfatizar que esta nova geografia, nos termos acima descritos, não pressupõe a aceitação de que a globalização seja um processo homogeneizante no qual o espaço social (seja o lugar, o estado ou a região) torne-se indistinto diante da força dos fluxos globais (AMIN; THRIFT, 2001; STORPER, 1997; HARVEY, 1992; DINIZ, 2001). Antes, nos faz pensar a respeito da natureza, significado e importância dessas redes e da estimulante questão da relação global-local neste mundo interconectado. No contexto da temática em tela, o que são afinal lugares? Procurou-se demonstrar que o imperativo das redes resignifica a concepção de lugar ao tomá-lo como uma realidade fibrosa, interconectada, atravessada por um emaranhado de redes de todo tipo.

7 Em suma, analisar as redes geográficas na esteira do fenômeno da globalização não deve significar a decretação do fim do território, mas sim a sua resignificação diante do fenômeno da globalização. Milton Santos, por exemplo, diz que “[...] Não existe o espaço global, mas, apenas, espaços da globalização [...]”. Este “[...] é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares [...]”, para mais adiante completar “É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma” (SANTOS, 2004, p.337, 338).

Nesse sentido, talvez fosse fecundo atentar para a assertiva de Bruno Latour (2005, p.120) de que “as palavras local e global possibilitam pontos de vista sobre redes que não são por sua natureza nem locais nem globais mas que são mais ou menos longas e mais ou menos conectadas”. O recurso, no presente trabalho, às metáforas que comumente são concebidas as relações entre diferentes escalas geográficas prestou-se justamente ao papel de propor aquilo que Kevin Cox (2005) referiu-se como uma abordagem não absolutista da escala, tomando-a de uma forma mais relativista, ou seja, ligada ao contexto espaço-temporal de seu uso.

Por fim, mas não menos importante, a questão da governança nos faz pensar a respeito do ideal de sociedade que nós, como cidadãos e intelectuais, almejamos construir. Ninguém aqui é tolo: o rasgo neoliberal, a utilização da governança como mote para políticas de cunho conservador foram apontadas. Mas essa é uma parte da história... A outra é se pensar como construir um ideal de governança no seio de políticas progressistas. Tomemos como exemplo, mesmo que de passagem, os desafios e incertezas enfrentados pelo novo regionalismo do ABC paulista diante de um incipiente sistema de *governance* baseado na ênfase na promoção da organização social e nas articulações que tentam revitalizar as estruturas econômicas e sociais a partir das potencialidades locais, como foi demonstrado por Klink (2001).

Como se vê, podemos estar diante de uma verdadeira caixa de Pandora. A despeito da concepção neoliberal e das críticas cabíveis, o conceito de governança deixa conosco a possibilidade de se ter esperança em formas mais inclusivas, democráticas de participação. Mais, formas novas de se pensar a democracia por meio de novos recortes territoriais no contexto de sociedades que funcionam cada vez mais numa lógica em rede. Mais do que nunca, a geografia vive!

Bibliografia

- AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. “Living in the Global”. In.: Globalizations, Institutions, and Regional Development in Europe. Oxford, Oxford University Press, 2001, pp.1-22.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. v. 1, Brasília, Editora da UNB, 2004.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- CASTREE, Noel. Place: Connections and Boundaries in an Interdependent World. In.: HOLLOWAY, S., RICE, S. P. and VLENTINE, G. Key Concepts in Geography. London, Sage Publications, 2003, pp.165-185.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Rede Urbana. São Paulo, Ática, 1989.

- _____. As redes Geográficas. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp.15-118, 1996.
- COX, Kevin. The Local and the Global. In: CLOKE, Paul; JOHNSTON, Ron (Eds.). *Spaces of Geographic Thought*. London, Sage Publications, 2005.
- DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp.141-162.
- _____. Redes Eletrônicas e Novas Dinâmicas do Território Brasileiro. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. *Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996, pp.115-144.
- DINIZ, Clélio Campolina. Globalização, Escalas Territoriais e Política Tecnológica Regionalizada no Brasil. *Belo Horizonte, CEDEPLAR (Texto para Discussão n. 168)*, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios Alternativos*. São Paulo, Contexto, 2002.
- _____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp.165-205.
- HARVEY, David. Flexible Accumulation Through Urbanization: reflexions on 'pos modernism' in the American City. In: ASH, Amin (ed). *Post-Fordism: a Reader (Studies in Urban and Social Change)*. Oxford, Blackwell Publishers Ltda, 2000, pp.361-386.
- _____. *A Condição Pós Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- _____. "Do Gerenciamento ao Empresariamento: A Transformação da Administração Urbana no Capitalismo Tardio". *Espaço e Debates*, n. 39, 1996.
- HEROD, Andrew. Scale: the local and the Global. In: HOLLOWAY, S.; RICE, S. P.; VALENTINE, G. *Key Concepts in Geography*. London, Sage Publications, 2003, pp.229-247.
- JOHNSTON, GREGORY; SMITH (ed). " 'Human Agency', 'Network', 'Social Network', 'Spatial Structure', 'Spaciality', 'Structuralism', 'Structuration Theory' ". *The Dictionary of Human Geography*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34, 2005.
- KEARNS, Ade. "Active Citizenship and Local Governance: Political and Geographical Dimensions". *Political Geography*, vol.14, n.º 2, pp.155-175, 1995.
- MCLEOD, G.; GOODWIN, M. "Space, Scale and State Strategy: rethinking urban and regional governance". *Progress in Human Geography* 23, 4, pp.503-527, 1999.
- MOHAN, Giles & MOHAN, John. Placing social capital. *Progress in Human Geography* 26, 2, p.191-210, 2002.
- MERCER, Clair: "Performing partnership: civil society and the illusions of good governance in Tanzania". *Political Geography*, 22, pp.741-763, 2003.

- KLINK, Jeroen Johannes. *A Cidade-Região: Regionalismo e Reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2001.
- ORTIZ, Renato. Um outro território: Ensaio sobre a Mundialização. São Paulo, Olho D'Água, pp.49-69, 1996.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- REIS, Elisa P. Governabilidade e Solidariedade. In: VALLADARES, L.; COELHO, M. P. (Org.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.49-54, 1995.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica, Razão e Emoção*. São Paulo, Edusp, 2004.
- _____. *Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- SANTOS J.R., Orlando Alves dos. *Democracia e Governo Local*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2001.
- SASSEM, Saskia. *As cidades na Economia Global*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
- SCOTT, A.J., AGNEW, J., SOJA, E. & STORPER, M. "Cidades-Regiões Globais". *Espaço e Debates*, n. 41, pp.11-25, 2001.
- STORPER, Michael. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York, The Guilford Press, 1997.
- TAYLOR, Peter J.. "New Political Geographies: Global Civil Society and Global Governance Through World City Networks". *Political Geography*, pp.1-28, 2005.
- _____. *Time: From Hegemonic Change to Everyday Life*. In: HOLLOWAY, S.; RICE, S. P.; VALENTINE, G. *Key Concepts in Geography*. London, Sage Publications, 2003, pp.151-164.
- _____. "World Cities and Territorial States under Conditions of Contemporary Globalization". *Political Geography*, n.19, pp.5-32, 2000.
- YEUNG, Henry Wai-chung. "Critical reviews of Geographical Perspectives on Business Organizations and the Organization of Production: Towards a network approach". *Progress in Human Geography*, n.18 (4), pp.460-490, 1994.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 29-fev-2008 | **Envio ao 1º avaliador:** 16-mar-2008 | **Recebimento da 1ª avaliação:** 09-abr-2008 | **Envio ao 2º avaliador:** 14-abr-2008 | **Recebimento da 2ª avaliação:** 23-abr-2008 | **Envio para revisão do autor:** 25-abr-2008 | **Recebimento do artigo revisado:** 12-mai-2008 | **Aceite:** 14-mai-2008.